

site de estatísticas de futebol para apostas - jandlglass.org

Autor: jandlglass.org Palavras-chave: site de estatísticas de futebol para apostas

Representantes do governo brasileiro, STF e Congresso Nacional chegam a acordo sobre emendas impositivas

Representantes do governo brasileiro, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional chegaram a um acordo nesta terça-feira para manter as chamadas emendas impositivas, mas com novos critérios que visam garantir maior transparência, rastreabilidade e correção, sendo fixado prazo de dez dias para o Executivo e o Legislativo regulamentarem o tema.

As emendas são verbas do Orçamento destinadas aos parlamentares que o Executivo é obrigado a liberar.

Reunião contou com a presença de autoridades do Poder Executivo e Judiciário

A reunião foi convocada pelo presidente do STF, Luís Roberto Barroso, e contou com a presença de todos os 11 ministros da Suprema Corte, dos presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, além dos ministros da Casa Civil, Rui Costa e Jorge Messias (AGU) e o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Polêmica sobre falta de transparência na destinação das emendas

A polêmica surgiu quando o STF suspendeu a execução das emendas impositivas, inclusive as chamadas "emendas PIX", por falta de transparência na sua destinação.

Essa medida gerou um conflito entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, pois as emendas representam não apenas recursos financeiros, mas também poder e prestígio político para os parlamentares.

Consenso procura garantir controle mais rigoroso sobre a utilização dos fundos

O consenso alcançado procura resolver o impasse e garantir um controle mais rigoroso sobre a utilização destes fundos, no contexto das eleições de Outubro e para os principais cargos legislativos.

Emendas do PIX serão preservadas com novas regras

Em nota conjunta após a reunião, o STF detalhou que as "emendas do PIX", que permitem repasses diretos a estados e municípios, serão preservadas, mas deverão cumprir a obrigação de identificar previamente os objetivos dos recursos.

Essas emendas deverão priorizar obras inacabadas e apresentar relatórios ao Tribunal de Contas da União (TCU). As emendas individuais permanecerão vigor, com regras que serão definidas nos próximos dez dias, enquanto as emendas de bancada serão destinadas a projetos

estruturantes cada estado e no Distrito Federal, não podendo ser decididas individualmente pelos parlamentares.

As emendas de comissões temáticas serão atribuídas a projetos de interesse nacional ou regional, seguindo novos procedimentos que serão pactuados no mesmo prazo.

Ajuste na vinculação das emendas parlamentares à receita corrente líquida

A nota também informa que "o Executivo e Legislativo ajustarão o tema da vinculação das emendas parlamentares à receita corrente líquida, de modo a que elas não cresçam proporção superior ao aumento do total das despesas discricionárias".

A Lei de Crimes e Ordem Pública (Escócia) torna uma ofensa incitar o ódio com comportamento ameaçador ou abusivo, baseado características como idade deficiência sexual. O racismo já foi proibido por lei desde 1986;

A pena máxima é de sete anos na prisão.

A legislação não proíbe o ódio com base no sexo. O governo escocês diz que será abordado por uma lei futura separada contra a misoginia, e isso é um problema para os cidadãos da Escócia geral:

Informações do documento:

Autor: jandlglass.org

Assunto: site de estatísticas de futebol para apostas

Palavras-chave: **site de estatísticas de futebol para apostas - jandlglass.org**

Data de lançamento de: 2025-02-23